



**MUNICÍPIO DE NOVAES**  
Estado de São Paulo  
**CNPJ: 65.711.699/0001-43**  
**DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – DO OBJETO**

A presente solicitação tem por finalidade a Contratação de Serviços de Treinamento para o Plano Municipal de Arboviroses Municipal contra Dengue, Chikungunya e Zika através de contrato para atendimento as necessidades da população do Município de Novaes.

**2 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

Justifica-se e motivam a presente solicitação pois desde promulgação da Constituição Federal da República em 1988, o Estado Democrático de Direito Brasileiro vem sofrendo constantes mutações. Nesse Cenário, surgem a cada dia novos modelos de participação dos particulares na administração da coisa pública, tais como as parcerias público-privadas, as concessões administrativas, os consórcios públicos e as **empresas privadas**.

Nos últimos anos, muito tem discutido sobre a participação complementar de entidades paraestatais sem fins lucrativos, tais como as Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil OSC, nos serviços de saúde pública, conforme permissivo disposto no art. 199 da CF de 1988 e, mais recentemente, a Lei 13.019, de 31 de julho de 2014.

Tal transferência parcial de gestão tem-se demonstrado eficaz na operacionalização e execução dos serviços públicos de saúde. O que não se pode e a terceirização total da saúde pública às entidades privadas.

Nesta linha de legalidade temos como um dever do município em proporcionar o melhor atendimento à sua população sempre buscando um serviço de qualidade e efetivo. Valendo ressaltar ser um dever. Assim diz nossa Carta Magna:

“Art. 30 – Compete aos Municípios (...) VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à população”

Art. 196 – A saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à dedução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

---

**Fones: 17 3561-1180 / 3561-1181**

Rua Major João Batista Novaes, 466 – Centro – CEP. 15.885-000 – Novaes – SP  
saude@novaes.sp.gov.br



**MUNICÍPIO DE NOVAIS**  
**Estado de São Paulo**  
**CNPJ: 65.711.699/0001-43**  
**DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

Art. 199 – A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

(...) §1º **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferências as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.** ”

**Lei 8.080/90:** “Art. 24 – Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema único de Saúde – SUS **poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.**

**Parágrafo Único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público”.**

Lei nº 13.019/2014: “Art. 1º - Esta Lei institui normas Gerais para as parcerias entre a administração pública e organização a sociedade civil, em epígrafe de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou e acordos de cooperação. ”

Assim entende-se por participação complementar a execução de atividades classificadas como atividades – meio da administração pública, tais como atendimento médico, exames, treinamentos etc.

Desta feita o termo de fomento ou qualquer parceria é bom ao município e gera resultados direto e benefícios sociais.

Outra questão é a necessidade de urgência na respectiva contratação visto que os municípios do interior paulista, e Novaes não é exceção, vem enfrentando duramente a epidemia de “Dengue”. Vale frisar que no dia 05 de março de 2024, o Governo do Estado de São Paulo emitiu o decreto de nº 68.368/24 e declarou “situação de emergência em todo Estado”

Diante deste cenário é de afirmar que por força da Lei n.º 14.133/2021, o valor estimado da contratação poderá ser obtido, de forma combinada ou não, através de pesquisa junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores (art. 23, § 1º, inciso IV).

Então verifica-se que a contratação é plenamente cabível e dentro dos limites da legalidade, pois as empresas atendem todos os requisitos legais.





**MUNICÍPIO DE NOVAIS**  
Estado de São Paulo  
**CNPJ: 65.711.699/0001-43**  
**DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**3 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

Item	Descrição
01	CONTROLE DE VETORES: Capacitação das equipes nas visitas, dia D, controle de absenteísmo, desenvolvimento de ações para diminuição das recusas.
02	ASSISTÊNCIA: Treinamento das equipes assistenciais de saúde no manejo clínico.
03	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: Treinamento da equipe em notificação, investigação dos casos de arboviroses com atenção especial para os casos graves e óbitos.

**PÚBLICO ALVO:** Profissionais de saúde (enfermagem, agentes comunitários); profissionais atingidos: 15 Agente Comunitário de Saúde, 4 Agente de Combate a Endemias e 7 Enfermeiros.

**CARGA HORÁRIA:** 16 horas divididos em 4 módulos.

**4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

02.08 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0012.2023 – Manutenção da Atenção Básica

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

Ficha: 220

Variação: 140

**5 – CONTRATO E PRAZO**

5.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os educadores deverão obrigatoriamente possuir formação na área de medicina ou enfermagem, com seus respectivos conselhos ativos.

**7 – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

7.1 - A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato, fixando prazo para a regularização.



**MUNICÍPIO DE NOVAES**  
**Estado de São Paulo**  
**CNPJ: 65.711.699/0001-43**  
**DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

7.2 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, e dentro do prazo estabelecido pela Administração, as partes do objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

## **8 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1 - O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a manifestação favorável do Setor fiscalizante na Nota Fiscal Fatura apresentada, ficando assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.

8.1.1- Os pagamentos serão realizados mediante procedimento bancário, em conta do fornecedor contratado.

8.2 - Havendo erro na fatura (preço diferente do contrato ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura, reapresentada nos mesmos termos do item 8.1.

8.3 - Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

## **9 – DA SUBCINTRAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. A CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

9.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Contrato;

9.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

9.1.3. Comunicar à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;





**MUNICÍPIO DE NOVAIS**  
**Estado de São Paulo**  
**CNPJ: 65.711.699/0001-43**  
**DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.1.4. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

**11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 - A CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

10.1.1 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

10.1.2 - Atender as demais condições descritas neste Termo de Referência;

10.1.3 - Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros.

10.1.4 - Prestar assistência técnica, na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos envolvidos;

**12 – DAS PENALIDADES**

11.1 - Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar, ao Contratado, as penalidades previstas no instrumento editalício e contratual, além daquelas penalidades previstas na Lei nº 14.333/2021.

Novais/SP, 28 de junho de 2024

**FLAVIO VEDOVATO ARANTES**

Diretor Municipal de Saúde